



DIVERSIDADE ÉTNICA EM MOÇAMBIQUE: DISCURSO DAS IDENTIDADES

ETHNIC DIVERSITY IN MOZAMBIQUE: DISCOURSE OF IDENTITIES

Itelio Joana MUCHISSE¹

Resumo: A questão da identidade é posta em questão, pois, o facto de existirem diversas identidades permite que haja círculos de violência por conta da necessidade de se defenderem certos patriotismos em contextos marcados pelo multiculturalismo que tem se apresentado frágil. Sendo assim, é preciso considerar que a violência pode acompanhar esses círculos, fazendo-se necessária uma intervenção pacificadora, isto é, que crie bases políticas para que se assente a diversidade e que culturas diferentes possam conviver de uma forma pacífica: elas terão representatividade, por mais que sejam minorias. Hoje, mais do que nunca, é preciso que as identidades sejam manifestas e garantidas efectivamente no âmbito político como garantia de direitos civis e políticos como forma de garantir que haja estabilidade entre diferentes etnias e Estados, particularmente em Moçambique.

Palavras-Chave: Língua, Nação, Diversidade, Independência, Moçambique.

Abstract: The issue of identity is called into question, as the fact that there are several identities has allowed for the existence of circles of violence due to the need to defend certain patriotisms in contexts marked by multiculturalism, which has been shown to be fragile. Therefore, it is necessary to consider that violence can accompany these circles, making a pacifying intervention necessary, that is, that creates political bases so that diversity is established and that different cultures can coexist in a peaceful way, since they will have representativeness, even if they are minorities. Today, more than ever, it is necessary for identities to be effectively manifested and guaranteed in the political sphere as a guarantee of civil and political rights as a way of guaranteeing stability between different ethnic groups and States, particularly in Mozambique.

Keywords: Language, Nation, Diversity, Independence, Mozambique

Introdução

A democracia moçambicana carece de múltiplos contratos: político, social e cultural (Ngoenha, 2004). Em particular, o cultural requerer atenção neste texto pelo facto de existirem diversas etnias e línguas. A diversidade é crucial para compreender os eventos relevantes que fazem parte da história e que influenciaram a psicologia social na formação da

¹ UCM - Universidade Católica de Moçambique. Beira - SOFALA – Moçambique.
E-mail: iteliobango@gmail.com.



identidade de grupos humanos. É uma análise holística em uma “circunstância” “problemática” (Ortega y Gasset, 1914). Os movimentos actuais têm tido aparências pro-nacionais ineficientes, no entanto, é uma questão de fragilidade de meios, que depressivamente orienta a estabilidade e o bem-estar em busca de uma alternativa emancipadora, de convivência na diversidade e no respeito pela unidade, igualdade, e (in) diferença.

Este artigo apresenta reflexões sobre a diversidade cultural em Moçambique no espírito da construção de uma identidade, que, amiúde, pode ser considerada por moçambicanidade. A ênfase desta análise é o período da pós-independência, marcado por diferentes momentos no que diz respeito à positivação dos direitos culturais, tendo um primeiro momento de violência e um segundo momento marcado por uma abertura às diferenças culturas e valorização das culturas nacionais. A intenção é, fundamentalmente, procurar uma compreensão sobre um fenómeno, que se acredita, articulado com a criação de alternativas de convivência entre os diferentes grupos sociais e na criação de formas de desenvolvimento, uma vez que a cultura dos povos é considerada fundamental para coordenar planos ou formas de desenvolvimento que se queiram eficazes.

Em termos de uma abordagem metodológica, o artigo é qualitativo, baseado em procedimentos hermenêuticos. Para tal, foi necessário passar por algumas fases de pesquisa, que dizem respeito à recolha de informação, a partir de fontes de natureza bibliográfica, nomeadamente, livros, artigos e teses, que foram seleccionados por se centrarem na discussão sobre as identidades no contexto africano, a partir dos mais variados pontos de vista científico. Neste contexto, a pesquisa bibliográfica, auxiliada pela técnica de análise de conteúdo, tornou-se fundamental porque este texto obedece uma sequência histórica dos factos, num espaço territorial vasto, que é Moçambique, pelo que esta permite que se abranjam estudos que versam sobre o tema nos diferentes espaços, com o objectivo de os contextualizar numa abordagem mais generalizada. Desse modo, por se reconhecerem os perigos desta metodologia, recorreu-se à análise da informação retirada a partir das fontes, para aferir as suas limitações, bem como o grau de fiabilidade, as quais foram cruzadas com as demais fontes. Quanto ao modo de apresentação dos resultados, a pesquisa é descritiva. No entanto, essa perspectiva é pertinente para proporcionar uma compreensão contextual sobre as identidades na sociedade moçambicana, marcada por avanços e retrocessos.



Entretanto, o texto é composto por esta introdução, onde é feita a apresentação. A seguir encontra-se a *Fundamentação Teórica*, onde se faz uma abordagem geral sobre a principal bibliografia consultada, na *Diversidade Étnica e Linguística em Moçambique*, onde, discute-se o processo histórico da construção da identidade em contextos de diversidades culturais em Moçambique, onde, o destaque vai para o período que precede a independência de 1975. Em *Discurso Político sobre a Unidade Nacional na Primeira República* aborda-se o processo de (des)legitimação da continuidade identitária no contexto do Marxismo-leninismo. Já em *Política Cultural e a Unidade Nacional da Segunda República*, aborda-se as repercussões que a democratização política trouxe no contexto das manifestações culturais. Em *Desafios Multiculturalistas e Identitários Actuais*, discute-se as implicações negativas e positivas que podem ser assumidas no contexto de encontro das diferentes culturas, assim como se propõe mecanismo evitar e catapultar tais implicações, respectivamente. Por fim, é apresentada uma conclusão, onde são retomados alguns pontos discutidos neste trabalho e destaca-se a cultura é fundamental na afirmação da identidade individual e colectiva em Moçambique, país diverso com cerca de 20 grupos étnicos. A construção da identidade nacional envolve processos históricos e políticos, e políticas culturais inclusivas são necessárias para uma sociedade justa e democrática. A FRELIMO teve papel importante na unificação do país, mas a valorização da diversidade cultural é um desafio a ser enfrentado. A promoção do diálogo intercultural e reconhecimento da igualdade entre culturas são essenciais para a afirmação das identidades em uma sociedade multicultural.

Fundamentação Teórica

A construção das identidades em Moçambique pode ser percebida a partir de diversos âmbitos, desde o da filosofia, até ao da educação. Para este artigo, serão apresentados os estudos tomados como basilares, discriminadamente,

Em vários contextos africanos, após a independência, os elementos identitários foram ignorados devido aos valores coloniais estabelecidos, levando à falta de harmonia entre diferentes grupos, como observado por Severino Ngoenha (1993). Kwame Appiah (1997) aborda a questão da identidade em África, destacando as dificuldades em resgatar as culturas africanas, especialmente no que diz respeito às línguas. Pedro Graça (2005) discute a importância das identidades na construção da nação, enquanto José Cabaço (2007) analisa as



diferentes políticas culturais que contribuíram para a formação da moçambicanidade. Guilherme Basílio (2015) destaca a importância do Estado na construção das identidades e destaca a negação e a abertura cultural em diferentes momentos históricos. Henrique Litsure (2021) destaca a tensão entre a modernidade e a tradição durante o período socialista e a valorização dos valores tradicionais durante o liberalismo na construção da identidade nacional em Moçambique.

A fundamentação teórica serve como base para a compreensão do contexto geral sobre o discurso da construção das identidades em Moçambique em particular e África, em geral. Deste modo, são estas pesquisas que ajudam a delinear a abordagem teórica que acompanha a discussão que se segue.

Diversidade Étnica e Linguística em Moçambique

Para a nossa circunstância, “não somos uma sociedade tradicional: nós somos a ascendência de uma tradição” (Serra, 1986: 19). Porque, “assumindo que a História de Moçambique está pejada de tempos conturbados, caracterizados pela violência, tais como guerras [...] é bem-vindo” um movimento educador, transformador e emancipador centrado na “presença” (Meigas, 2021: 27) nos tempos históricos através da reflexão sobre a noese e a circunstância do uso das nossas línguas para o desenvolvimento do ser humano das culturas moçambicanas.

Ora, Litsure (2020) faz uma radiografia das línguas faladas em Moçambique e chega a afirmar a existência de cerca de 28 línguas nacionais (cerca de 20 grupos étnicos). Que são línguas autóctones, originalmente desta região habitada por moçambicanos. Estas línguas teriam subsistido durante o período colonial como um legado histórico, tendo sido usadas como ferramentas de luta na comunicação e no controle da aculturação moderna. Veja-se que, durante o período colonial, numa situação de diversidade cultural, existiram diversos grupos de reivindicação que tentavam afrontar o poder colonial, tendo outros sido falhados, devido fragilidades características dos Estados Falhados desta região, bem como dos grupos minoritários neles inseridos. No entanto, com o transcorrer do colonialismo, vários movimentos desenvolveram-se e terminaram à pretensão à formação da FRELIMO²,

² Frente de Libertação de Moçambique



historicamente considerando o auge do despertar da consciência nacionalista na unidade nacional, iconizado por Eduardo Mondlane, *O Pai Fundador da República*.

Formada em 1962, a Frelimo desempenhou papel preponderante no consolidar consolidação da unicidade e do nacionalismo. No primeiro modelo, tinha sido imaginada como uma linha que “abria amplas possibilidades de luta, recusando o sectarismo e englobando nas suas fileiras largas camadas populares, independentemente de raças, credos, língua, origem social, sexo ou quaisquer outras discriminações” (Machel, 1974, §4).

Cronologicamente, o espírito de regionalismo foi suplantado. Novos ícones começam também a manifestar-se por demanda do movimento geracional. Mas historicamente, intelectuais, migrantes, camponeses, comerciantes, grupos étnicos, guerrilheiros, ainda lutam contra o consequencialismo colonial, ainda pretendem a liberdade histórica. No entanto, é correcto afirmar que “em Moçambique o pluralismo é que esteve na origem do nacionalismo” (Litsure, 2020, p. 154).

É preciso também compreender que a definição de uma ideia nítida sobre a unidade cultural nacional não foi um processo imediato à formação da FRELIMO, pelo que,

Foi sendo desenvolvido um nacionalismo mais pragmático, mais preocupado pela independência, mas menos preocupado por concepções teóricas que permitissem a formulação de uma política cultural de carácter nacional. Este vazio do instrumental teórico foi sendo preenchido no curso da luta armada com muita ambiguidade para colmatar paliativamente os problemas que iam surgindo à medida que a luta avançava (IBID, p. 171).

Deste modo, entende-se que o processo de nacionalização dos nacionalismos africanos, não se deu em uniformidade com os processos de assimilação cultural. Diversos esforços foram concretizados para a internacionalização da Guerra Colonial em Moçambique, uma vez que havia o combate de um inimigo às cegas, crises sociopolíticas e culturais e as condições de convivência era assimétrica a diferentes níveis. Mais de 90% dos moçambicanos depois da independência não dominavam a linguagem gráfica local, alguns não passavam da mínima oralidade da língua ocidental (português), assim como muitos foram integrados na modernidade através da formação de consciência histórica.

Concomitantemente, o movimento histórico de luta anticolonialista foi preponderante na comunicação entre as diferentes culturas, isto é, seres humanos sob a libertação de nacional, tendo o nacionalismo perecido no pós-colonialismo. Aqueles moçambicanos, deixando-se para abraçar o ideal do Estado, embargaram a construção da nação.



Discurso Político sobre a Unidade Nacional na Primeira República

Para Ngoenha (2009), que define, a Primeira República como sendo um momento ideológico da política moçambicana, e vai do III Congresso da Frelimo em 1977 até a morte de Samora Machel, em 1986. Isto é, durou 11 anos. Foi um período coincidente com o período Marxista-leninista e idealização do modelo patriótico do Estado, apesar de todas as suas falhas, tal como o projecto do “Homem Novo”, no qual se deveria partir do Estado para fundar a nação (cf. Graça, 2005).

O Homem Novo devia, efectivamente, abandonar hábitos e costumes tradicionais, inclusive a religião tradicional, para apostar na modernidade Ocidental, da ciência unilateral, vista como a principal ferramenta preponderante no progresso humano. Nesse processo, os diversos grupos étnicos deixavam de existir para dar espaço a construção da moçambicanidade forçada, baseada na identidade exclusiva, tendo em conta que as línguas e as tradições nacionais foram relegadas ao subsolo por se considerarem armas para a perpetuação do tribalismo ou, extremamente considerado feiticismo. Ora,

no que respeita a Moçambique, é possível afirmar que é o Estado que tem vindo a promover formação da Nação, a qual por sua vez se tem vindo a esboçar na interação social vertical e horizontal, isto é, na dinâmica de estruturação de uma cultura nacional que traduz a influência recíproca entre as elites e as massas, num plano, e a variedade de grupos etnolinguísticos e culturais noutro plano. Este é especialmente complexo porquanto os grupos étnicos não deixam por vezes de ser grupos de interesses, inseridos no campo político e económico, que manifestam a sua etnicidade determinadas circunstâncias que julgam lesivas (GRAÇA, 2005, p. 22).

É preciso compreender que a questão linguística, por mais que seja o interesse principal aqui é inserida dentro de outras ferramentas que perfazem o perfil de uma cultura. Assim, a canonização do português não foi bem recebido pelas comunidades, por ter um carácter violento, que, logo, se viram sendo subordinadas por um Estado exclusivo que teria como oficial uma língua estrangeira. Desta feita, as comunidades rurais, através dos líderes tradicionais, que também tinham sido excluídos, contribuíram para a contestação do poder central, que enveredava pela negação da diferença que caracterizou o período áureo do nacionalismo.

O procedimento da nacionalização do português revisitou uma realidade colonial, o acesso aos principais serviços tais como a educação, para os indivíduos que fossem fluentes



no vocabulário português, assim como era proibido o ensino em qualquer língua nacional de Moçambique. Ademais, as missões protestantes que tinham ideologicamente diversa da educação não eram vistas aos bons olhos coloniais e eram constantemente interferidas (Cabaço, 2007, p. 301).

À semelhança do período colonial, o primeiro período pós-independência, não aceitou a identidade étnico-linguística, sob a problemática de divisão tribalista que era eminente. Na mesma perspectiva, logo após a independência veio a guerra civil e, aceitar a identidade linguística poderia trazer consequências negativas, tendo em conta os interesses externos que estavam em jogo, onde, seria muito fácil a infiltração para desestabilizar as diferentes facetas da guerra que era geral em quase todas as regiões. Ademais, veja-se, em Moçambique, o processo de luta pela independência

Contou com a colaboração das chefias tradicionais e depositava nelas muito respeito. Quando a vitória foi alcançada, o governo tornou ilegal quase todas as instituições sociais, culturais e econômicas camponesas, o suporte do edifício tradicional, substituindo-as pelos Grupos Dinamizadores. Foram consideradas tribais, feudais, retrogradas, obscurantistas, regionalistas, e por isso estavam condenadas a desaparecer (LITSURE, 2021, p. 78).

Apesar de ter alguma lógica a opção seguida na altura, há que considerar as consequências negativas dessa escolha, Grande parte da população era analfabeta. Na via contrária, as línguas nacionais teriam influenciado de forma positiva no processo de ensino e aprendizagem a partir do meio local, bem como o processo de modernização, pois tal como defendia, era necessário “orientar os alunos e professores a acumularem os conhecimentos empíricos das massas, a analisá-los de uma maneira crítica e objectiva, de modo a desenvolver o nosso conhecimento e a ciência em proveito da sociedade” (Machel, 1978, p. 16).

O erro aqui foi o de não compreender a sociedade retratada nas políticas, pois segundo Ortega y Gasset (1914, pp. 43-44), “Yo soy yo y mi circunstancia, y si no la salvo a ela no me salvo yo”, onde o projecto modernista não surtiu o efeito desejado. Assim, discute-se que a análise crítica do conhecimento e a catalogação do conhecimento científico não passa de passar pelas línguas ocidentais para atingir a sua veracidade: factos são factos. A epistemologização é livre de língua desde que seja um conhecimento verdadeiro. A título de exemplo, a África do Sul, que usava as línguas nacionais nos diversos círculos oficiais, já era



um país beligerante em África na matéria de desenvolvimento, no qual Machel (1978) acreditava partir da educação.

Era necessário conceber o pano de fundo no qual a educação seria colocada como um projecto de desenvolvimento numa população maioritariamente da zona rural, a mesma que combatia ferozmente o sistema colonial, às vezes, na base das línguas locais. Depois da independência, na esperança de encontrar a liberdade de expressão, os conhecimentos africanos e moçambicanos, em particular, vêm-se novamente impossibilitados de serem transmitidos, ao menos pela língua local, tendo influenciado negativamente a motivação para o aprender. É uma das consequências da alienação ou exclusão epistemológica.

Litsure (2021) defende que durante este período, a Frelimo impôs uma ideologia que criava um antagonismo às culturas, onde, e a dicotomia Moderno vs. Tradicional esteve em voga, preferindo-se a exclusão das raízes culturais dos moçambicanos em detrimento de valores ocidentais, o que viria a criar, de certa forma a “esquizofrenia social”, pois, os moçambicanos, perante um clima de independência tiveram que resignar-se perante os ditames da política, onde, o Estado veio, indubitavelmente, suplantar as diferentes nações, desestruturando diversas culturas pela política de proibição aos rituais tradicionais, hábitos médicos e psicológicos, os valores culturais eram vistos com ambições de subjectivismo nacional, combatidos entre culturas beligerantes para as relações exteriores e de influência da língua na memória histórica dos povos.

Por outro lado, a opção por uma língua estrangeira deve ser tomada como certa, uma vez que “poucos Estados negros africanos têm o privilégio de corresponder a uma única comunidade linguística tradicional”. Sendo que adoptar uma língua nacional como de uso oficial poderia recair num particularismo, quando se fossem “identificar com as antigas fidelidades e não com as novas”, pelo que,

Convém dizer que há outras razões, mais ou menos honrosas, para a extraordinária persistência das línguas coloniais. Não podendo ignorar, por exemplo, do lado honroso, as dificuldades práticas de desenvolver um sistema educacional moderno numa língua em que nenhum dos manuais e livros didáticos foi redigido; tampouco devemos esquecer, na coluna dos débitos, a possibilidade menos nobre de que essas línguas estrangeiras, cujo domínio havia marcado a elite colonial, tenham-se transformado em marcas de *status* preciosas para serem abandonadas pela classe que herdou o Estado colonial. Juntas essas forças díspares conspiraram no sentido de garantir que o corpo mais importante de textos da África abaixo do Saara, mesmo depois



da independência, continuasse a ser redigido em inglês, francês e português (APPIAH, 1997: 20-21).

Para o caso moçambicano, um dos riscos que se coloca na dianteira sobre o particularismo é, exactamente, a possibilidade de levantes entre etnias, como aquela que teria surgido na cidade da Beira, e que teria levado ao fechamento da Catedral local, pelo facto de se discutir, entre a língua Sena e Ndau qual seria adoptada para administração da missa, o que levou a quase um ano de interrupção da actividade eclesial naquela instituição religiosa (Castiano, 2021).

No entanto, o período no qual em Moçambique se implanta o Socialismo, este já se encontrava em crise e, era cada vez mais evidente a inviabilidade daquele modelo como um pólo de desenvolvimento. Nos meados de 1980 foi gradativamente suplantado pelo liberalismo das instituições de Bretton Woods, depois da morte de Machel nos finais de 1986. A liberalização ganha forma institucional no início de 1987, com mudanças estruturais diversas.

Política Cultural e a Unidade Nacional na Segunda República

Tal como a Primeira República, a Segunda República é um momento ideológico da política moçambicana, estando em vigor desde a adopção do liberalismo. Esta adopção trás consigo mudanças no que diz respeito às liberdades, tanto da primeira, da segunda, assim como da terceira geração: civis e políticos, sociais e humanitários. Em particular, os direitos da primeira geração, ganharam demasiada consideração na Constituição de 1990 com o Estado de Direito laico, propondo a convivência horizontal entre os diferentes estratos e culturas liberados para seguirem as suas convicções.

Desde o início da década de 1990, por causa da conjuntura política particular que se vive, novamente se discute muito sobre a etnia, medicina tradicional, questões do local e, principalmente sobre a diversidade cultural. Estas questões, se antes eram objeto de recusa, agora são percebidas como coisas necessárias. Quando a nova Constituição de 1990 admitiu o pluralismo social, político e económico, e o AGP de 1992 garantiu a paz, muitos grupos étnicos até então não reconhecidos, começaram a reivindicar abertamente a sua representação no espaço público (LITSURE, 2021, p. 81).

A cultura, relegada ao plano subterrâneo, veio a sobressair com uma nova dinâmica face aos recrudescimentos do liberalismo, em que a questão linguística não teria ficado para trás e a partir de 1996 até 2004 esteve em laboratório o plano de bilinguismo pedagógico.



Analiticamente, foi sendo percebido o grau de interesse educacional, assim como a negatividade do período colonial para o mesmo âmbito. Ademais, foi verificado o papel social do Estado como um arauto dos direitos e deveres, onde que bilinguismo se abria para o Sistema Nacional de Ensino, onde, o aluno teria à sua disposição a sua língua materna (que em muitos casos coincide com a nacional) e a língua portuguesa para a comunicação didáctica e pedagógica (Patel, 2007).

Litsure (2021) aponta que a tendência ideológica seguida depois de 1990 foi benéfica para a afirmação cultural das diferentes etnias porque elas teriam tido a liberdade de se expressarem, sendo esse um direito constitucional, embora, houvesse o nascimento de um certo tipo de concorrência étnico-tribal pelo acesso ao poder e controle dos recursos, verificou-se, igualmente, a formação de agrupamentos regionais que aproximavam indivíduos com os mesmos traços culturais, entretanto linguísticos, a defenderem os mesmos ideais, numa e que chegaram à influência nacional.

Isto seria uma das razões pelas quais se submeteu a nação na Primeira República como uma forte arma contra a unidade nacional, pela suposta usurpação do poder pelo nacionalismo étnico. Litsure (2021) afirma que, depois de 1990, a diversidade em Moçambique se tornou moda, onde a moçambicanidade foi inculturada pela etnicidade, num mau exercício de liberdades, pois há, em função, a representação de grupos ocasionadores de lutas de representação na lógica do ultraneoliberalismo (Castiano, 2021).

Apesar destes riscos que são apresentados, Litsure (2021) defende a tendência seguida desde 1990, especificamente, de garantir liberdades nas culturais, abre espaço para a construção de um espaço local, assim como de referências autónomas que apontam a para a existência de povos que, na senda do colonialismo e do etnocentrismo ocidental, tinham sido subalternizadas, porque, o significado da produção de conhecimento passou a envolver

Um conjunto de actores, de saberes e de contextos distintos, e que a fronteira que separa a ciência dos seus 'outros' (senso comum, saberes locais ou práticos, saberes indígenas, crenças, incluindo crenças religiosas, filosofia e humanidades) obriga a um trabalho de demarcação (*boundary work*) permanente e a um esforço de institucionalização das diferenças entre ciência e opinião, ciência e política ou ciência e religião (GIERYN, 1999 cit. Nunes, 2009, p. 219)

Sem intenção de apologia, este período garantiu um movimento de devir que possibilitou a manifestação de práticas locais e difundiu saberes que são inerentes àqueles



grupos, outrora marginalizados, revelados como de grande serventia para a humanidade. Ademais, compreendeu-se que, é, “no momento das independências” que,

Os novos estados africanos, ignorando que a política e o direito são factos de cultura, omitiram sistematicamente as instituições depositárias das culturas africanas, no projecto da construção das novas entidades políticas. Desprovidas como estavam do suporte cultural, os novos Estados, deram um salto em frente, e futuristicamente serviram-se das instituições típicas dos Estados marxistas-linistas, anglo-saxões, das quarta ou quinta República francesas, etc., sem poder, no entanto assumir completamente o espírito que dá corpo e significado a estas instituições (NGOENHAN, 1993, p. 163).

Com a acção da exclusão epistemológica, seguiu-se a tentativa de incluir a maioria da população rural, a que mais falava as línguas nacionais na construção de preceitos técnicos de serventia nacional, uma vez que,

Na implementação de programas de educação bilingue é pertinente para a construção de significados sobre educação bilingue e o professor porque o Estado não investe fortemente em programas experimentais como é o caso da educação bilingue, cabendo aos parceiros parte da responsabilidade do seu desenvolvimento (PATEL, 2007, p. 253).

Evidencia-se eu num contexto em que a identidade apresenta-se entre o local e o global, o Estado exclui-se de projectos de saberes locais na órbita cosmopolita. Por outro lado, Patel (2007) sustenta a possibilidade de uma aprendizagem significativa e que possa garantir a inovação, se for baseada num ambiente positivo entre o aluno e a sua cultura. É, outrossim, um mecanismo de autonomização de democracias locais, onde, os indivíduos são impelidos a intervir a diverso interesse pessoal e das suas comunidades.

Assim, a Segunda República é caracterizada por uma abertura no que diz respeito às manifestações culturais, não obstante à pouca participação do Estado no que diz respeito ao investimento para a um ensino efectivo bilingue, sendo, igualmente, reservado a algumas zonas, pois, nas zonas urbanas, ele é praticamente ausente, apesar da crescente presença de indivíduos sem fluência a língua oficial. Presença influenciada na maioria pela busca de melhores condições de vida. Este período é caracterizado pelo uso e abuso das etnias na monopolização com tendências político-administrativas sobre o Bem Público. Um movimento vingativo que foi de forma étnica, social e historicamente alimentado.

Sendo dois momentos distintos que acima foram analisados, percebe-se que “a adopção da língua portuguesa” no primeiro momento “respondeu à unidade política e o resgate das línguas locais” no segundo período “responde à consolidação da



moçambicanidade”, uma vez que se figura que “o português e as línguas bantu-moçambicanas são arcabouços da identidade moçambicana”, por serem “esferas a partir das quais os moçambicanos revelam-se e expressam seus modos de ser” (Basílio, 2015: 241).

Desafios Multiculturalistas e Identitários Actuais

Basílio (2015) também destaca dos dois períodos citados como fundamentais para a formação de uma consciência historiográfica da construção da identidade em Moçambique. Um período amiúde hostil ao protonacionalismo cultural baseado na tradição de Moçambique como portador de culturas diversas, não sendo consensual o número de línguas faladas em Moçambique. Por este aspecto linguístico (também referenciado por Litsure, 2020, 2021), Muchisse & Armando (2021: 315) referem que houve de “reconectar-se com uma origem esquecida num mundo pós-moderno” por um fluxo de línguas e seus derivados. As Índias, as Repúblicas Swahili, as Chinas, as Américas Latinas, alguns Estados Europeus, são também alguns exemplos sobre as diversidades linguísticas.

Países com deficiências educativas têm sido filosofados há tempos: educai as crianças para não punir os adultos. Ora, se pretender destruir uma nação, destrua primeiro a ética; os alunos de hoje serão os professores do amanhã; conheça a si próprio... Patel (2007) refere a significativa importância da educação, um facto em que é reafirmado por Basílio (2015), sendo que este ainda apresenta algumas das críticas que têm sido feitas actualmente sobre esse modelo de aprendizagem que é: exclusivo, adaptativo, irregular, experimental, etc. Para que um modelo de implementação eficaz, ainda seriam descartáveis modelos de teste e avaliação a curto prazo, por se tratar de movimentos sociais, e principalmente, de transmissão de consciência. Numa visão de análise: 15 anos depois, o resgate educativo bantu-moçambicano ainda não tem os efeitos desejados, em consonância a uma terrível crítica sobre o funcionamento do sector da educação, pois Ngoenha (2017) defende a necessidade de epistemologias educativas, técnicas, intelectuais e políticas arquitectas no sentido de reapropriar o conhecimento deixado pelos colonizadores na base dos objectivos nacionais (Mabota, 2021).

A incerteza, por conta dos riscos modernos, lança-se a um ambiente de incertezas existenciais e de reflexão humana sobre a posição do outro: daquele que não tem acesso à educação condigna, por envolver exigências monetárias acima da renda local em países com



mão-de-obra excedente, das limitações modernas, algumas devido à assimetria dos objectivos políticos do colonialismo como a sua permanência ou arrendamento, questões socioculturais, sobre o simbolismo estrutural da moçambicanidade geográfica. Huntington (s/d) pensa na *Terceira Lei de Newton entre culturas* que são corpos em movimento. Em quase na totalidade, nas diferentes culturas existe um fim sonhado, uma utopia, praticamente, um valor tão simples como conceito para as demais, embora possa ser comum em algumas, mas com profunda revelação para os praticantes dessa cultura.

As culturas e as nações são constantemente construídas ao longo dos tempos. Essa é uma crença geral. Sendo assim, para os Estados bantu-africanos e para os Estados Modernos os movimentos sociais são um projecto contínuo e comum, portanto um desafio de todos, mas com participação individual. É preciso não fazer uma crítica injusta aos contextos dos Estados. Perante adversidades, devem ser os seres humanos das diferentes culturas que se responsabilizam pela construção de um projecto. Castiano e Ngoenha (2005) revelam que apesar das dificuldades havidas na “Geração 8 de Março” contribui significativamente no avançou-se no desenvolvimento humano, depois da queda sofrida com o processo da reivindicação do reino político-administrativo do Estado. Havia poucas escolas e centros de formação, conflitos. Dir-se-á que a geração influenciou no desenvolvimento e difusão das instituições, muitas das orientadas nos primeiros anos como centros de difusão de técnica (Linder, 2001), pelo que ainda não se encontram suficientemente resultados ecológicos à ideia de aprendizado de consciência. Ainda se está por percorrer a literatura na língua local. Longe de ser exclusiva, exista se calhar uma promoção da literatura. Sen (2015) considera que no mundo actual, por mais que haja diversidade de identidades, é preciso que haja tolerância para estabelecer um ambiente positivo e de bem-estar. O autor considera que a diversidade não pode pôr em causa a dignidade de certos grupos.

Acima da diversidade, o currículo é concebido na sua totalidade com uma forte componente de educação cívica, assim como o respeito às demais culturas. Seria preciso uma educação cívica, pois, alguns relatos revelam a preponderância da cultura em alguns conflitos africanos. Em Moçambique, a aquisição do português como língua de comunicação efectiva volta-se à moçambicanização terminológica, implicando a influência das línguas nacionais à língua estrangeira, um possível movimento de consciência significativa dos termos e palavras, mas os desafios na garantia do ciclo da informação técnico-profissional (*emissão em forma de*



objectivos, recepção em forma de incentivo e resposta em forma de mudança) ainda enormes, onde o nível de escolaridade está em regressão, com as intenções directivas de resgate, dos valores das nações do Estado Moçambicanos, o projecto tem défices de vias para o seu desenvolvimento, chamando os técnicos ao nacionalismo.

Sobre a moçambicanização da terminologia, Meigos (2021: 17) defende que as “línguas são importantes para a construção dos nossos campos epistémicos. Daqui a pertinência da pergunta: ‘em que língua conhecemos e pensamos o que dizemos’”, pois “conhecemos as coisas a partir dos nossos mundos cosmológicos, as nossas referências primárias”. Ademais, “as palavras enunciadas pela língua são um repertório privilegiado da verdadeira natureza da verdade”. Com isso, percebe-se a necessidade de se fazer uma reconciliação com a tradição, isto é, as culturas tradicionais e as suas línguas, de modo a abrir horizontes epistemológicos em que se abre o espaço para lógicas científicas diferenciadas.

Conclusão

A cultura é um dos principais meios pelos quais as pessoas expressam e afirmam sua identidade, seja individualmente ou como parte de um grupo étnico ou nacional. A diversidade cultural em Moçambique é enorme, com cerca de 20 grupos étnicos diferentes, cada um com suas próprias tradições e costumes. A construção da identidade moçambicana tem sido um processo complexo e dinâmico, influenciado por vários factores históricos, políticos e culturais, desde a colonização até a actualidade.

A valorização da cultura local e a promoção de políticas culturais inclusivas são importantes para a construção de uma identidade nacional sólida e coesa em Moçambique. A promoção do diálogo intercultural, a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da igualdade entre as diferentes culturas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática em Moçambique.

A identidade cultural é um tema crucial em Moçambique desde o período colonial até a actualidade, tendo a língua e a diversidade étnica servido como meio para a coesão e dissensão de movimentos. As políticas culturais devem responder aos processos de emancipação e garantir as liberdades de determinados grupos sem interferir negativamente no desenvolvimento do povo moçambicano. Moçambique passou por dois momentos históricos, o período socialista marcado pela negação da multiplicidade cultural e o período liberal



caracterizado por uma abertura cultural, mas é necessário repensar até que ponto essa abertura cultural trará vantagens para os moçambicanos. A identidade e a cultura estão intimamente relacionadas, e a promoção da diversidade cultural pode ser um meio efectivo para a afirmação das diversas identidades em uma sociedade multicultural.

Durante o período socialista, a FRELIMO foi responsável por implementar políticas que visavam a unificação do país em torno de uma única identidade nacional. No entanto, a abertura cultural durante o período liberal trouxe mudanças significativas, incluindo a valorização da diversidade cultural e a promoção da inclusão de diferentes grupos na construção da identidade nacional. Ainda assim, a FRELIMO continua sendo um dos principais atores políticos em Moçambique e tem um papel importante na promoção de políticas culturais que visam a construção da identidade e a promoção da diversidade cultural no país.

Em suma, a questão da identidade cultural é fundamental para a compreensão dos diversos fenómenos sociais em países como Moçambique. A construção da identidade nacional envolveu diferentes processos históricos, desde o período do colonialismo até a actualidade, passando pela luta de libertação nacional e a implementação de políticas culturais ao longo do tempo. A valorização da diversidade cultural e a promoção da inclusão de diferentes grupos na construção da identidade nacional são desafios a serem enfrentados na busca de uma sociedade mais justa e plural. Nesse sentido, é preciso continuar reflectindo e promovendo políticas culturais que respeitem e valorizem as diferentes identidades que compõem o mosaico cultural moçambicano, garantindo as liberdades de todos os grupos e contribuindo para o desenvolvimento do país.

A frente é o caminho!



REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame Anthony. Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BASÍLIO, Guilherme. O Estado e a Escola na Construção da Identidade Política Moçambicana. Maputo: Publifix, 2015.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação. Tese (Doutoramento em Antropologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- CASTIANO, José P. Do Espírito da Tradição ao Espírito da Reconciliação. Maputo: Publifix, 2021.
- GRAÇA, Pedro Borges. A Construção da Nação em África: Ambivalência Cultural em Moçambique. Coimbra: Almedina, 2005.
- LITSURE, Henrique Francisco. A Independência e o Processo da Definição da Identidade Moçambicana. Revista África[s]. Vol. 8. Nº. 16. 2021. pp. 75-87.
- LITSURE, Henrique Francisco. A Identidade Tsonga-Changana no Contexto da Identidade Nacional Moçambicana: Construção e Representação. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020.
- MACHEL, Samora. A Luta Continua. Porto: Afrontamento, 1974.
- MACHEL, Samora. Educar o Homem para Vencer a Guerra, Criar uma Sociedade Nova e Desenvolver a Pátria. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico/FRELIMO, 1978.
- MEIGOS, Filimone. Prefácio. In Castiano, José P. Do Espírito da Tradição ao Espírito da Reconciliação. Maputo: Publifix, 2021.
- MONDLANE, Eduardo. Lutar por Moçambique. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1976.
- NCOMO, Barnabé Lucas. Uria Simango: Um homem, uma causa. Maputo: Edições Novafrica, 2003.
- NGOENHA, Severino Elias. Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.
- NGOENHA, Severino. Machel: O ícone da Primeira República. Maputo: Ndjira, 2009.
- NGOENHA, Severino. Filosofia Africana: Das Independências às Liberdades. Porto: Edições Paulistas, 1993.
- NUNES, João Arriscado. O Resgate da Epistemologia. In Boaventura de Sousa Santos & Maria Paula Meneses (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: CES, 2009.
- ORTEGA Y GASSET, José. Meditaciones del Quijote. Madrid: Revista del Occidente, 1914.
- PATEL, Samina Amade. Olhares sobre a Educação Bilíngue e seus Professores em Uma Região de Moçambique. Sínteses – Revista dos Cursos de Pós-Graduação. Vol. 12. pp. 247-260. 2007.